



## **Divisão Sexual do Trabalho: abordagens feministas sobre transformações e permanências de relações hierárquicas no Brasil e na França**

ABREU, A.R. de P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M.R. (orgs.). *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

**Amanda Kelly Belo\***

A produção da coletânea *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: Perspectivas Interseccionais*, organizada pelas pesquisadoras Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata e Maria Rosa Lombardi, é decorrência da realização do Colóquio Internacional *Trabalho, cuidado e políticas sociais: Brasil-França em debate*, realizado no Brasil, mais especificamente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, de 26 a 29 de agosto de 2014. Contou com uma parceria entre pesquisadoras/es francesas/es da Rede Mage (Mercado de Trabalho e Gênero) e pesquisadoras/es de diversas universidades e instituições brasileiras. Reafirma a profícua interlocução científica entre investigadoras/es brasileiras/os e francesas/es na busca por desvelar a realidade desses países e acumular conhecimento no que concerne a categorias como trabalho, gênero, raça e classe social.

Publicada originalmente na França, com o título *Genre, race, classe: travailler en France et au Brésil* pela editora “L’Harmattan” em 2016, teve sua edição em português datada de junho do mesmo ano. Segundo as

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social UERJ. *Correspondência*: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Serviço Social. Rua São Francisco Xavier, 524, 8º andar, Bloco D, sl. 8017 – Maracanã, Rio de Janeiro/RJ – Brasil. CEP: 20550-900. *Email*: <amandakellyuf@hotmail.com>.

organizadoras, não pretende realizar apenas uma comparação entre o Brasil e a França, antes objetiva apreender e refletir sobre as diferenciações e hierarquias através das quais se constroem as relações desiguais de trabalho de mulheres e homens nessas duas realidades, seja no espaço da produção de riqueza ou no espaço da reprodução e “produção do viver em sociedade” (KERGOAT, 2016, p.18), entendendo esses espaços como intimamente imbricados.

Esta coletânea, sob o enfoque de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, evidencia a situação das mulheres no Brasil e na França, ressaltando que nas duas experiências o ascendente ingresso delas no mercado de trabalho remunerado, mediante os interesses do modelo de produção capitalista, tem se delineado de forma específica, quando este apropria-se, por vezes, de qualidades consideradas femininas em detrimento de qualificações estritamente profissionais. Feministas materialistas e imbricacionistas questionam nesta obra as formas pelas quais se dá esta inserção em um contexto de mundialização do capital, com base na ideologia política e econômica neoliberal, e se isto tem configurado um avanço para as mulheres (e para quais mulheres) ou um “prolongamento das lógicas patriarcais, além de racistas-coloniais e classistas, anteriores” (FALQUET, 2016, p.38).

A publicação se destaca ao apresentar dados recentes que atestam a permanência de disparidades ocupacionais, nas quais as mulheres são minorias em nichos mais valorizados no mercado de trabalho. Assim, as/os autoras/es reafirmam o fato de que mesmo ocupando as carreiras mais qualificadas as desproporções salariais se mantêm e, não obstante a crescente e sólida expansão da escolaridade das mulheres, os dados revelam os baixos índices de ocupação destas em cargos de altos escalões dos setores pesquisados e da política.

Mas é, sobretudo, a relevância do debate acerca do trabalho doméstico, com status de trabalho, que constitui importante contribuição dessa coletânea. Esse esforço analítico adensa as leituras que visam desnaturalizar a imputação prioritária ou mesmo exclusiva das mulheres neste nicho ocupacional, seja no interior das famílias ou na sua extensão como trabalho remunerado disponível no mercado. Discussão que revela a utilização desigual do tempo das mulheres e dos homens, o que é fundamental para vislumbrar processos de luta por emancipação política e humana destas.

Nesta direção, na última década, ganha força na França o interesse por estudos em torno da categoria “cuidado”. As primeiras produções sobre o assunto datam de 1987, a partir dos trabalhos de Joan Tronto, porém o impulso maior só ocorrerá nos anos 2000. No Brasil, estudos que tematizam a categoria cuidado como trabalho são ainda mais recentes. Reconhecendo como fulcral neste debate a imbricação das relações sociais de sexo, classe e étnico raciais, localizáveis nos distintos espaços de trabalho e de organização da vida das mulheres, o que requer ainda uma problematização das

políticas sociais relacionadas à abordagem do cuidado. Nesse sentido, a presente publicação põe em evidência debates que tem agitado o cenário de estudos feministas nos últimos anos em torno de categorias como relações sociais de sexo/gênero e interseccionalidade/consustancialidade.

A obra reúne 23 textos de 32 autoras/es, organizados em seis partes, que discutem o tema trabalho, cuidado e políticas sociais, tanto na periferia quanto no centro da sociabilidade capitalista. Destacaremos, a seguir, algumas ideias centrais.

A primeira parte do livro intitulada “Entrecruzar as desigualdades” evoca a questão fundamental da articulação das relações sociais de classe, raça e sexo, evidenciando as tensões que incidem sobre as diferentes perspectivas dos/as autores/as. Danièle Kergoat em seu artigo “O cuidado e a imbricação das relações sociais” traz uma definição de cuidado como trabalho, seja ele baseado ou não na troca da força de trabalho por um salário, buscando sua complexidade numa perspectiva de totalidade. Reafirma que para discutir cuidado é necessário inseri-lo no campo da divisão sexual do trabalho, uma vez que é realizado prioritariamente por mulheres, defendendo o uso da consustancialidade como categoria analítica central por ser a que melhor contempla a teoria crítica.

Kergoat expressa que não está negando a utilização do termo interseccionalidade, que entende sua extensão e suas aproximações com a consustancialidade. Ambas coadunam com o objetivo de desvelar opressões e tem como horizonte a emancipação das mulheres. No entanto, enfatiza que a primeira forma de articulação pode trazer riscos para a teoria crítica a qual se vincula a autora.

A feminista materialista Jules Falquet em seu artigo *Transformações Neoliberais do Trabalho das Mulheres: Liberação ou novas formas de apropriação* aponta que na França o ingresso ascendente das mulheres no mercado de trabalho aparentou em um primeiro momento ser um avanço advindo das relações de globalização. No entanto, logo as análises passaram a questionar os espaços ocupados por estas mulheres, a origem destas, a função social deste processo, como também a reprodução das relações patriarcais, étnico-racistas e classistas, em um contexto de avanço do neoliberalismo e de transformações no trabalho das mulheres.

Num quadro teórico feminista materialista, o estudo de Falquet, inspirado nas ideias de Guillaumin (1992 [1978]) aponta que as relações sociais hierárquicas entre homens e mulheres são “relações de apropriação física direta” (p.38) e não se referem exclusivamente a relações sexuais, mas também a relações de classe, de apropriação do trabalho e do corpo das mulheres. A autora se refere a uma apropriação privada e uma apropriação coletiva, usadas de forma relacional pelo capital e pelo patriarcado.

A segunda parte “Medir as Desigualdades” apresenta dados a respeito do trabalho das mulheres no Brasil e na França e das desigualdades entre o trabalho de mulheres e homens, evidenciando as dificuldades em

gerar dados relevantes sobre o trabalho doméstico frente à sua invisibilidade, informalização, não assalariamento, dentre outras questões que circundam esse processo.

As/os pesquisadoras/es Nadya Araújo Guimarães e Murillo Marschner Alves de Brito no transcorrer do artigo “Mercantilização no Feminino: A visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil” argumentam que houve uma mudança no perfil daquelas que ingressam no mercado de trabalho, constituindo-se por mulheres de mais idade, casadas e mães. Além disso, verifica-se a dualidade na sua inserção em espaços ocupacionais, por um lado ocorre a manutenção e o aprofundamento dos espaços histórica e culturalmente considerados femininos, como os serviços pessoais, saúde, ensino, dentre outros; conquanto, por outro lado, o ingresso crescente destas em trabalhos considerados redutos masculinos.

A terceira parte desta coletânea, “Trabalho e Uso do Tempo”, tem como eixo central o relevante debate sobre a desigual distribuição entre homens e mulheres no tempo dedicado ao trabalho doméstico. No prisma da persistência de padrões tradicionais da divisão sexual do trabalho, elenca que as mulheres possuem um tempo de trabalho total superior aos dos homens e que estas realizam mais atividades não remuneradas, enquanto os segundos concentram-se nas atividades remuneradas.

A pesquisadora feminista Maria Betânia Ávila, em seu texto *O Tempo do Trabalho Doméstico Remunerado: Entre cidadania e servidão*, desvela que as formas de organização do trabalho doméstico e as relações sociais que se erigem em seu âmbito, no Brasil, tem como herança histórica e social a escravidão e se dá na imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. Para a autora “uma análise crítica da trajetória do emprego doméstico evidencia que esta relação de trabalho foi tecida pelos fios da dominação e da exploração patriarcal e racista que estão incontestavelmente atados à formação do sistema capitalista no país” (p.138).

O quarto caminho percorrido por esta obra “O Gênero das Carreiras Artísticas e Científicas” aborda dados importantes e recentes sobre a inserção das mulheres em carreiras ocupadas ao longo da história predominantemente por homens, como altos cargo em gestão, ocupações na área de engenharia e música, apreendendo os avanços obtidos, mas também a permanência das relações desiguais de gênero no espaço do trabalho.

A quinta e sexta partes, intituladas respectivamente “cuidado, Dinâmicas Familiares e Profissionais” e “Cuidado, Políticas Sociais e Cidadania”, abordam – com análises no Brasil e na França – o cuidado como trabalho, podendo ser realizado de forma paga ou gratuita, em instituições de cuidado ou em domicílio, sob a base ou não da dependência, que tem como sujeito principal de sua efetivação as mulheres. Este pode ser concebido como uma atividade que abrange apenas o cuidado realizado diretamente a outros sujeitos em situação de vulnerabilidade, como também, em uma perspectiva mais ampla, como o cuidado do corpo, da estética,

do ambiente em que se vive e das relações sociais que perpassam a manutenção da vida.

Trata-se de um trabalho atravessado por relações familiares e de afeto bem como por relações profissionais, de modo que o trabalho do cuidado envolve a noção de direitos sociais e deve ser pensado, diante de certas necessidades – como são exemplos a velhice, a deficiência, ou incapacidade para o trabalho – como de responsabilidade também do Estado.

A autora Helena Hirata, em seu texto *O Cuidado em Domicílio na França e no Brasil*, aponta que as análises do trabalho de cuidado reafirmam a ideia de que este se constitui um trabalho precarizado. Na Europa, realizado muitas vezes por imigrantes internacionais sem documentos representa apenas 1% dos empregos; e no Brasil, sem relações formais de emprego, marcado por uma trajetória de pobreza e ausência de direitos, abarca um grande contingente de trabalhadoras domésticas. Ressalta que apesar das diferenças de perfil e realidade das trabalhadoras da França e do Brasil, a precarização é um fator de convergência entre os dois países.

Esta é uma coletânea atual e imprescindível para o debate sobre os avanços e as permanências da divisão sexual do trabalho e das relações desiguais de gênero em suas imbricações com as relações de classe e étnico raciais, bem como para o questionamento à naturalização das formas de organização do cuidado, dentre outras relações que circundam o trabalho e a organização da vida das mulheres na sociabilidade capitalista. Produzida sob a base de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas possui como fio unificador desvelar, discutir e aprofundar esta realidade, tendo a emancipação política ou humana das mulheres como horizonte.

DOI: 10.12957/rep.2016.27872



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.